

DORA ALEXANDRE

P W T A I V H F U N M
T F E C B W Z P X Q F
C O C X D X Y G M T O
P A DEFICIÊNCIA Z D F
G NA COMUNICAÇÃO
Q SOCIAL H F W Y Y
M T S K J A B X B E

/// GUIA DE BOAS PRÁTICAS ///
PARA JORNALISTAS

GRUPO DE REFLEXÃO MEDIA E DEFICIÊNCIA

DORA ALEXANDRE



A DEFICIÊNCIA NA COMUNICAÇÃO SOCIAL



**GUIA DE BOAS PRÁTICAS
PARA JORNALISTAS**

GRUPO DE REFLEXÃO MÍDIA E DEFICIÊNCIA

Título

A DEFICIÊNCIA NA COMUNICAÇÃO SOCIAL
GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA JORNALISTAS

Promotor

Grupo de Reflexão Media e Deficiência*

Autora

Dora Alexandre

Edição e revisão de texto

Carla Macedo

Revisão técnica

Fátima Alves e Isabel Pinheiro, Instituto
Nacional para a Reabilitação, I.P.

Projeto gráfico

Overprint - graphic production management

Impressão

Litojesus - artes gráficas, lda

ISBN

978-989-96478-2-4

Depósito legal

Ano de edição

2012

Edição

Gabinete para os Meios de Comunicação Social

* Fazem parte do Grupo de Reflexão Media e Deficiência: Gabinete para os Meios de Comunicação Social, Instituto Nacional de Reabilitação, I.P., Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ANACOM, ERC, RTP, SIC, TVI, ISCSP, Universidade Lusófona, Instituto Politécnico de Leiria, APECDA, Missão Descobrir, Escola Superior de Educação de Setúbal, Programa Consigo, Francisco Teotónio Pereira.

A DEFICIÊNCIA NA COMUNICAÇÃO SOCIAL, GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA JORNALISTAS

Mensagem institucional

.10

Dr. Pedro Berhan da Costa, Diretor do
Gabinete para os Meios de Comunicação Social

Aspetos básicos a ter em conta

.12

A diversidade humana é uma realidade e não
pode ser ignorada pelos jornalistas

.12

Conceitos na ordem do dia - Deficiência,
Incapacidade e Funcionalidade

.14

As pessoas com deficiência precisam que os
seus direitos sejam respeitados - por todos os
cidadãos e não apenas na legislação

.15

Mitos em torno da deficiência

.17

A deficiência NOS Media

Indicações para Jornalistas

.23

Contactar e entrevistar uma pessoa com deficiência

.23

Como contar as histórias de pessoas com deficiência

.28

Como fazer trabalhos jornalísticos inclusivos

.29

Terminologia

.32



MENSAGEM INSTITUCIONAL



Dr. **Pedro Berhan da Costa**

Diretor do Gabinete para os Meios de Comunicação Social

O jornalismo português está de parabéns. Um rápido caminho foi trilhado desde os tempos em que as pessoas com deficiência simplesmente não existiam para os media. Passámos depois a ter presenças pontuais, nem sempre em representações realistas mas, ainda assim, presentes, a chamar a atenção para as questões que a deficiência levanta. Hoje, se ainda há publicações que mostram apenas o lado mais negro e dramático da deficiência, podemos congratular-nos pela emergência de histórias cada vez mais diversificadas, que mostram à sociedade perspectivas novas, desconhecidas de muitos, como seja a normalidade que a deficiência encerra. De facto, a cada semana vemos novas reportagens nos jornais, nas televisões, nas rádios ou nos novos media, mostrando abordagens sérias, mas positivas e descomplexadas sobre a deficiência. Vivemos tempos interessantes e, no que toca à deficiência, de alteração do paradigma. Mas é preciso fazer mais. É preciso ser mais ambicioso, ir mais longe. É preciso capacitar, possibilitar, dar oportunidades para que os órgãos de comunicação

social e os seus atores representem cada vez melhor a sociedade, no seu todo. É preciso que a narrativa da deficiência faça parte desse todo.

O Grupo de Reflexão Media e Deficiência, que o GMCS coordena, encontrou como barreira à proliferação de trabalhos jornalísticos a dificuldade de tratar corretamente os temas da deficiência. O medo de ferir suscetibilidades é limitativo da produção jornalística. Dizer invisual ou cego, portador de deficiência ou pessoa com deficiência, faz toda a diferença para quem lê. Mas onde pode o jornalista tirar as suas dúvidas?

É assim que surge o livro que têm em mãos: primeiro como um documento web, depois como um livro com texto acrescentado e validado que pretende cumprir dois objectivos: auxiliar os jornalistas nas reportagens sobre deficiência e chamar a atenção dos mesmos, e da sociedade civil, para a importância dos diversos aspetos que a deficiência contém.

ASPETOS BÁSICOS

A diversidade humana é uma realidade

...e não pode ser ignorada pelo trabalho jornalístico. É importante divulgar e incluir informação que seja relevante para este público, que representa uma larga fatia da população portuguesa.

Em linha com a orientação estabelecida pela Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial de Saúde, os Censos 2011 avaliaram, já não a deficiência mas, as capacidades e incapacidades dos portugueses. Disponibilizados em novembro de 2012 pelo Instituto Nacional de Estatística, os novos Censos revelaram que cerca de 18% da população com 5 ou mais anos de idade tem muita dificuldade ou não consegue realizar pelo menos uma das 6 atividades diárias referenciadas: ver, ouvir, tomar banho/vestir-se, compreender/fazer-se entender, andar, memorizar/concentrar-se. Esta percentagem representa, em números reais cerca de um milhão e novecentas mil pessoas.

As limitações referidas por estes cidadãos referem-se a andar (25%); ver – mesmo usando óculos ou lentes de contacto – (23%); memorizar/ concentrar-se (17%); ouvir (13%); tomar banho e vestir-se (12%) e compreender/fazer-se entender (10%).

O conceito de incapacidade é mais relevante que o de deficiência, uma vez que tem em conta as efetivas capacidades e incapacidades das pessoas, que podem ser causadas por diversas circunstâncias (doença, incapacidades temporárias, gravidez, obesidade...) e não apenas pela deficiência.

Tendo ainda em conta que a população portuguesa se encontra em clara tendência de envelhecimento, e que a idade se relaciona proximamente com a incapacidade e deficiência, torna-se ainda mais importante que os jornalistas, no trabalho que desenvolvem, tenham em conta este público, os seus interesses e capacidades.

Ainda de acordo com o Censos de 2011, na população com 65 ou mais anos o indicador de incapacidade para conseguir realizar pelo menos uma das 6 atividades diárias indicadas ultrapassa os 50%.

Conceitos na ordem do dia Deficiência, Incapacidade e Funcionalidade

Hoje, a deficiência já não é encarada como um problema exclusivamente médico do indivíduo, mas como um problema social, do meio em que se insere: se houver muitas barreiras – físicas, sensoriais ou na atitude de quem está à volta – a deficiência será mais limitadora. Se essas barreiras não existirem, o indivíduo ganha autonomia e melhores condições para poder participar na sociedade.

A Organização Mundial de Saúde, na atual Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, substituiu a ênfase dada à Deficiência pelos conceitos de Incapacidade e Funcionalidade. É uma visão que vai para além da deficiência:

“A Funcionalidade é um termo que engloba todas as funções do corpo, atividades e participação; de maneira similar, incapacidade é um termo que inclui deficiências, limitação da atividade ou restrição na participação.”¹

1 Fonte: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (OMS, 2001) disponível em <http://www.inr.pt>

Na prática, significa que uma pessoa com deficiência pode ter maior ou menor grau de incapacidade, ser mais ou menos funcional no seu dia-a-dia, consoante as condições que encontra no meio físico e social. Por isso, se torna tão importante melhorá-lo, torná-lo acessível para todos e todos temos essa responsabilidade. À luz do novo paradigma, a incapacidade é algo que acontece a todas as pessoas em alguma altura da vida.

As pessoas com deficiência precisam que os seus direitos sejam respeitados

Tornar o meio em que vivemos inclusivo e acessível a todos não é uma questão de solidariedade, é uma questão de respeito pelos direitos humanos das pessoas com deficiência ou incapacidade.

Portugal ratificou, em 2009, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência², bem como o Protocolo Opcional, comprometendo-se a transpor os princípios da Convenção para a legislação e para a realidade nacional.

² Mais informação em <http://www.inr.pt/content/1/830/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-publicacao-oficial>

A legislação portuguesa é considerada uma das mais avançadas nesta matéria mas as atitudes das pessoas não se alteram por decreto. É preciso que sejam os cidadãos a incluírem as pessoas com deficiência ou incapacidades e a encará-las como cidadãos de pleno direito. Em Portugal, a discriminação por motivo de deficiência é proibida e penalizada, mas poucas pessoas sabem disto e menos ainda são as que se queixam oficialmente³.

3 O Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. disponibiliza um formulário para as queixas relacionadas com a discriminação em http://www.inr.pt/uploads/Formulario_queixa.rtf.rtf

MITOS EM TORNO DA DEFICIÊNCIA

{1.º mito}

As pessoas com deficiência só se interessam por assuntos ligados à deficiência.

Muitas pessoas com deficiência terão certamente um interesse acrescido por esta temática, porque se identificam com ela mas, como os demais cidadãos, têm uma variada panóplia de interesses. É importante que os jornalistas tenham em mente que entre o seu público leitor/espetador/ouvinte estão pessoas com deficiência ou incapacidade e, conseqüentemente, é importante incluírem no seu trabalho informações que sejam relevantes e acessíveis para estas pessoas.

{2.º mito}

As pessoas com deficiência não são ativas.

Poderá ser verdade nos casos mais graves, ou nos casos em que o meio envolvente não oferece condições que permitam a autonomia ou o emprego. No entanto, a maioria das pessoas com deficiência trabalha, faz desporto, viaja, constituiu família e pode ter uma vida tão ativa como qualquer outro cidadão. Cada caso é um caso, mas a inatividade não é, de forma alguma, a regra.

{3.º mito}

As pessoas com Paralisia Cerebral têm deficiência intelectual.

A designação desta deficiência – Paralisia Cerebral – pode levar a esse engano, mas o que se passa na realidade é que a zona do cérebro que coordena certas partes do corpo (os movimentos, fala...) está afetada. Portanto, trata-se de um problema eminentemente físico e não intelectual ou mental. É importante ter isto em conta na forma como lidamos com pessoas que têm este problema.

Muitas vezes, a articulação das palavras está comprometida e é difícil compreender o que dizem, mas é importante não esquecer, que se trata apenas de uma questão física.

{4.º mito }

Acessibilidade significa ausência de barreiras arquitetónicas.

Também, mas não só. A acessibilidade é um conceito muito complexo e diversificado – tanto quanto as necessidades especiais de cada pessoa. A acessibilidade pode ser física, sensorial, ou ao nível da informação e da comunicação.

Damos um exemplo: em Portugal, existe o GAM, Grupo para a Acessibilidade aos Museus, um conjunto de profissionais de diversos espaços museológicos que procuram torná-los acessíveis a todos os públicos. E, por isso, muitos museus portugueses já contemplam oferta acessível – além da ausência de barreiras físicas, ou das alternativas para transpor estas barreiras, existem legendas em Braille; peças para tocar por quem não as pode ver; áudio-guias que as explicam (e que podem ser úteis a pessoas com e sem de-

ficiência visual); pavimento táctil no chão, para orientar quem não vê e usa bengala; vídeo-guias com língua gestual, a explicar as peças a pessoas surdas, catálogos em Braille, ou em linguagem fácil, para ser compreendida por todos (pessoas com deficiência intelectual, pessoas com dificuldades de leitura ou baixa literacia, crianças...). A acessibilidade é uma mais-valia para todos, pois facilita a circulação e a apreensão de conteúdos por todos, sem excluir ninguém.

{5.º mito}

A acessibilidade é importante apenas para pessoas com deficiência.

Não é verdade. A acessibilidade física é facilitadora para pessoas com deficiência e – não esquecer – seus acompanhantes, que assim evitam esforços extra; é ainda facilitadora para pessoas idosas, cuja agilidade já não é o que era; para quem tem uma limitação física temporária, por exemplo, por ter partido um membro inferior; para quem empurra carrinhos de bebés ou transporta pesadas malas com (ou sem) rodas; facilita cargas e descargas de material... enfim, a acessibilidade física facilita a vida de muitas pessoas.

A acessibilidade na informação também serve todas as pessoas – um texto em linguagem fácil pode ser entendido por todos sem exceção e é especialmente adequado para quem tem deficiência intelectual, baixa literacia ou ainda para crianças. A acessibilidade sensorial também pode ser utilizada por Todos ou, mesmo que não o seja, não interfere nem prejudica quem não a utiliza.

{6.º mito}

As pessoas com deficiência têm quase sempre poucos recursos financeiros.

Esta é uma ideia muito veiculada pelos casos dramáticos apresentados na comunicação social, e é verdade que muitas pessoas com deficiência têm dificuldades acrescidas no acesso ao emprego, mas a realidade é bastante diversa: as crianças com deficiência nascem em qualquer família, as pessoas milionárias também têm acidentes, envelhecem e perdem faculdades, e grande percentagem das pessoas com deficiência trabalha, portanto tem tantos recursos como a restante população.

{7.º mito }

Tratar o tema da deficiência é deprimente.

Se apenas nos centrarmos em casos extremos, poderá ser, claro. A dor alheia toca-nos inevitavelmente. Mas a deficiência não se resume a casos extremos e dramáticos (muitas vezes associados a pobreza) e é um erro pensar que a maioria das pessoas com limitações físicas ou sensoriais vive amargurada com o facto de ter uma deficiência. Essas pessoas trabalham, têm família, hobbies e fazem o mesmo que os restantes cidadãos – apenas de maneira diferente.

Há pessoas com deficiência a praticar vela, ténis, canoagem, basquetebol, a trabalhar em áreas tão diferentes como a área jurídica, o cinema e a televisão, enologia, ou a dar aulas ou consultas médicas, a fazer voluntariado para ajudar outras pessoas... a ultrapassar limitações e a ter vidas interessantes!

A DEFICIÊNCIA NOS MEDIA: INDICAÇÕES PARA JORNALISTAS

Contactar e entrevistar uma pessoa com deficiência

1 O contacto prévio com a pessoa a entrevistar deve ser feito obedecendo às mesmas regras que aplica quando o entrevistado não tem uma deficiência: contacto direto ou via telefone ou e-mail. **Adapte-se apenas na medida do necessário**, por exemplo, se quer entrevistar uma pessoa surda é mais eficaz enviar uma mensagem escrita, mas se o seu entrevistado for cego, provavelmente vai atender-lhe o telefone. Nos casos em que a deficiência implica dificuldades de expressão, pode e deve utilizar o intérprete que a pessoa indicar⁴.

4 O Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS) traduziu e adaptou para português o documento do Comité Paralímpico Internacional que ajuda os jornalistas a abordarem temáticas da deficiência e, sobretudo, explica as formas de relacionamento com potenciais entrevistados com deficiência. *Guidelines – Reporting on Persons with a disability* é um útil documento que se constitui como uma das fontes para a elaboração deste capítulo.

2 Aja naturalmente e **não fique demasiado atento a cada palavra ou a cada ação**. Não fique embaraçado por **usar expressões comuns** com “já vai ver” (se a pessoa tiver uma incapacidade visual).

3 Se marcar um encontro ou entrevista com alguém com mobilidade reduzida, **escolha um local com acessibilidade e com casa de banho adaptada**. É desagradável ser transportado ao colo, entrar por uma porta dos fundos ou ver-se impossibilitado de usar os lavabos.

4 Quando **cumprimentar** uma pessoa com deficiência faça-o **da mesma forma que costuma fazer**. Se normalmente dá um aperto de mão, ofereça o mesmo cumprimento, mesmo se a pessoa tem um uso limitado das mãos ou usa próteses. A pessoa vai mostrar-lhe que cumprimento é mais apropriado.

5 **Pergunte sempre** à pessoa com deficiência **se precisa de ajuda** antes de se apressar a dá-la. É importante que se disponha a ajudar, mas sua ajuda pode não ser necessária. Respeite

a autonomia da pessoa. Caso o seu auxílio seja necessário, a própria pessoa com deficiência dar-lhe-á indicações.

6 Resista à tentação de fazer festas num cão guia, ele está a trabalhar e **não deve ser distraído**.

7 **Nem sempre as pessoas com deficiência visual precisam de ajuda** mas pode sempre oferecer o seu auxílio: pergunte se precisa de ajuda, e ofereça o seu braço, tocando levemente no dela. A pessoa tomará o seu braço. No percurso, avise-a se aparecerem degraus, buracos, piso escorregadio, etc. Para a ajudar a sentar-se, indique-lhe a localização do assento, ou facilite o toque, para que perceba onde está e se sente sozinha.

8 Se entrevistar uma pessoa surda, peça a colaboração - gratuita - de um intérprete. Pode ser alguém de uma associação, um amigo... A pessoa certamente encontrará uma maneira. E claro, ao falar com uma pessoa surda, não adianta levantar a voz. **Fale normalmente, tentando articular bem as palavras** - muitos surdos fazem leitura labial.

9 Muitas pessoas surdas conseguem responder-lhe oralmente, embora nem sempre tenham boa dicção. **Se não perceber, peça para repetir, o importante é comunicar**, apesar de eventuais dificuldades. Se for necessário, recorra à escrita.

10 Se entrevistar uma pessoa anã, ou em cadeira de rodas, **sente-se para ficar ao nível** dela - é desconfortável estar sempre a olhar para cima.

11 Respeite o espaço individual da pessoa com deficiência e lembre-se que uma cadeira de rodas faz parte desse espaço.

12 Muitas vezes, as pessoas com paralisia cerebral têm dificuldade em articular a fala. Tenha paciência e pergunte, se não perceber. Mas lembre-se de que a deficiência é apenas motora, não intelectual.

13 Não se esqueça que uma pessoa com deficiência intelectual pode precisar da sua paciência e de mais tempo para se expressar. **Dê à pessoa tempo extra para falar.**

14 Quando não perceber uma pessoa com dificuldades na articulação de palavras, peça-lhe para repetir.

15 Não presuma que uma pessoa com uma deficiência física também tem outras incapacidades. **Fale normalmente e não utilize linguagem condescendente.**

16 Quando falar com uma pessoa que tem uma deficiência, **fale diretamente com essa pessoa** mesmo se está presente um acompanhante ou um intérprete. Ninguém gosta de ser ignorado.

17 A maioria das pessoas com deficiência não se importa de responder a perguntas sobre as suas características - a origem da deficiência, a forma como desempenha tarefas... Use de bom senso, delicadeza e respeito, como faria em qualquer outra circunstância.

18 Se ocorrer alguma situação embaraçosa, uma boa dose de delicadeza, sinceridade e bom humor nunca falham!

Como contar as histórias das pessoas com deficiência

1 Centre-se na **pessoa em primeiro lugar** e só depois (caso seja relevante) **mencione a deficiência**. Algumas vezes pode não ser necessário ou relevante para o artigo mencionar a deficiência, pelo que não se sinta obrigado a fazê-lo.

2 **Ninguém gosta de caridade ou de ser alvo de pena.** Lembre-se que uma pessoa com deficiência não é necessariamente um doente crônico ou uma pessoa sem saúde.

3 Evite a utilização de termos emotivos como “trágico,” “atingido,” “vítima” ou “confinado a uma cadeira de rodas”. **Enfatize as capacidades e não as limitações**, ou seja, prefira frases como “usa uma cadeira de rodas.”

4 **Evite retratar** as pessoas com deficiência bem-sucedidas **como “extraordinários” ou “super-humanos.”** Quando se dá uma relevância exagerada aos resultados de um atleta ou outra pessoa com deficiência sugere-se inadvertidamente que as expectativas não eram altas.

5 Retratar as pessoas **como elas são na realidade**. Uma pessoa com deficiência pode ser um atleta, mas pode ser também pai, mãe, engenheiro civil, carpinteiro, médico, sapateiro, gestor de negócios, cabeleireiro ou jornalista.

Como fazer trabalhos jornalísticos inclusivos

No trabalho jornalístico - seja qual for o tema ou o órgão de comunicação social - devemos ter em conta que há ouvintes/espetadores/leitores com deficiência ou incapacidade e por isso **faz sentido incluirmos informações que sejam relevantes para estes cidadãos**.

Ex: Quando é noticiado que uma determinada praia tem bandeira azul, muitas vezes essa mesma praia também tem a bandeira da acessibilidade - pode ser frequentada por todos. E isto raramente aparece nas notícias. Em 2012, por exemplo, existiam 184 praias acessíveis no país⁵.

5 FONTE: <http://www.inr.pt/content/1/17/praias-acessiveis>

Ex: Na inauguração de um novo espaço cultural ou de lazer, podemos inquirir os responsáveis e informar o público sobre a existência ou não acessibilidades para todos, ou condições para públicos especiais.

Ex: Em reportagens sobre turismo, inclua informações sobre as condições de Turismo Acessível - seja na hotelaria, transportes, serviços... Sabia que a Lousã apostou em ser o primeiro destino acessível nacional? Ou que em Londres, 100% dos autocarros têm rampas móveis e quase todos os táxis são acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida? Ou que na Suíça foi criado um hotel para pessoas muito altas, que não se ajustam às medidas padrão existentes na hotelaria?

Outro aspeto muito importante é a forma como a deficiência é veiculada na comunicação social.

Por um lado, **há que centrar o trabalho jornalístico nas pessoas** - suas capacidades, interesses, *know how*, etc. - **e não apenas na deficiência que têm**. Esta mudança de foco torna os conteúdos mais interessantes, mostra a pessoa na sua plenitude e evita o dramatismo excessivo

a que muitas vezes assistimos. Há ainda que evitar o desnecessário e deselegante voyeurismo de mostrar lesões ao pormenor, algo que pertence apenas à intimidade da pessoa.

Por outro lado, as pessoas com deficiência podem também ser **chamadas a dar um contributo - como entrevistados, comentadores, etc. - sobre diversos temas**, uma vez que exercem cargos nas mais diversas áreas de atividade: ensino, saúde, direito... É um engano - e uma forma de discriminação - considerar que apenas entendem de deficiência.

TERMINOLOGIA

As palavras podem construir imagens que são inadequadas ou que podem ferir uma pessoa. A correta utilização das palavras é fundamental não só porque é pelas palavras e seus significados que todos estruturamos o pensamento mas também porque é através delas que desenvolvemos a consciência como um todo⁶.

INCORRETO	CORRETO
Deficiente	Pessoa com deficiência
Velho, idoso	Pessoa idosa, os seniores
Fisicamente deformado, aleijado, coxo, manco ⁷ ...	Pessoa com deficiência física, ou com mobilidade reduzida
Atrasado, retardado, normal, diminuído	Pessoa com deficiência intelectual
Pessoas normais	Pessoas sem deficiência
Paraplégico, paralítico	Pessoa paraplégica ou com paraplegia

6 Vygotsky, L., Pensamento e Linguagem, 1934.

7 Estas palavras passam uma ideia distorcida e negativa do corpo.

INCORRETO	CORRETO
Tetraplégico	Pessoa tetraplégica, ou com tetraplegia
Invisual	Pessoa cega
Amblíope	Pessoa com baixa visão
Surdo-mudo ⁸	Surdo, pessoa surda
Linguagem Gestual ⁹	Língua Gestual
Confinado a uma cadeira de rodas ¹⁰	Usa uma cadeira de rodas, pessoa com mobilidade reduzida
Casa de banho para deficientes	Casa de banho adaptada
Lugares de estacionamento para deficientes	Lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida
Ajudas técnicas	Produtos de apoio

8 São raríssimos os casos em que pessoas surdas são também mudas – muitas não falam simplesmente porque não ouvem e, portanto, não aprenderam a reproduzir os sons.

9 Trata-se de uma Língua, consagrada na Constituição da República desde 1997.

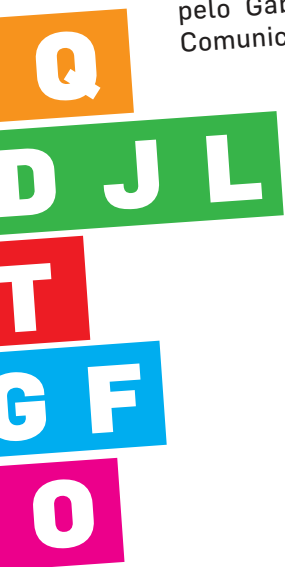
10 A cadeira de rodas oferece mobilidade, logo não confina ninguém.



Dora Alexandre

Santo António do Zaire, Angola (1975)

É jornalista, licenciada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa e, desde 2004, é chefe de redação do magazine **Consigo da RTP2**, produzido pela Videomedia e resultante de uma parceria entre a RTP e o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.. Representa o programa *Consigo* no Grupo de Reflexão Media e Deficiência, dinamizado pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social.



gmcs 
GABINETE PARA OS MEIOS
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

 MEDIA
& DEFICIÊNCIA



ISBN 978-989-96478-2-4